

Natal, 15 de abril de 2024.

A V. Exa. Senhor Camilo Santana,  
Ministro da Educação,

Recebido,  
15/04/24

Assunto: Atendimento a pauta dos servidores federais de educação

Exmo. Sr. Ministro,

Os servidores federais de Educação e o movimento estudantil do Instituto Federal do Rio Grande do Norte, da Universidade Federal do Rio Grande do Norte e da Universidade Federal Rural do Semiárido, aqui representados pelo Sinasefe (Seções de Natal e Mossoró), pelo Sintest/RN e Comandos de Greve, pelo DCE UFERSA, pela FENET e pela Rede de Grêmios do IFRN, vêm, por meio desta carta, não só apelar para que o Ministério da Educação, por V. Exa. representado, atenda à pauta dos servidores federais que negociam com o governo desde julho de 2023 e chegam ao quarto mês de 2024 sem uma proposta minimamente aceitável pelo conjunto dos servidores, mas também para que o MEC consiga incluir os estudantes nos espaços de decisão de quaisquer demandas de interesse público.

Reiteramos que, após sete anos amargando cortes de recursos, congelamento salarial, desestruturação do serviço público, a situação dos servidores encontra-se bem crítica, com relatos de colegas que precisam escolher entre pagar plano de saúde ou se alimentar, tamanhas as perdas acumuladas nos últimos anos, que beiram os 40%, desde 2016. Lembramos que o reajuste de 9% em 2023 foi, como o próprio governo falou, emergencial e não dá conta das significativas perdas que acumulamos. Sob a ótica da juventude, as políticas de austeridade significaram evasão e perda de qualquer expectativa de futuro digno.

O quadro que temos, hoje, nas Instituições Federais de Educação, é de carência em diversas áreas. As instituições operam com cerca de 40% a menos de seu orçamento o que dificulta, sobremaneira seu funcionamento. A título de exemplo, a Assistência Estudantil do IFRN só funcionou a contento em 2023, graças a Emenda Parlamentar da Deputada Natália Bonavides. Mas a Rede Federal de Educação não pode ficar dependendo de Emendas Parlamentares, como o Senhor bem sabe. Nessa perspectiva, os anúncios relacionados à expansão da rede federal nos preocupam, ao passo que o justo reconhecimento

Ana Benedita

da qualidade das nossas instituições perpassa, obrigatoriamente, por investimentos amplos de Estado, correspondentes à situação socioeconômica vigente no país e, em especial, voltados para a Assistência Estudantil.

O docente, em início de carreira, hoje, tem vencimentos abaixo do piso nacional do Magistério. A carreira dos Técnicos Administrativos deixa de ser atrativa e sofre, inclusive, a evasão de profissionais, que optam por trabalhar em outros órgãos, muitas vezes exercendo a mesma função que na Educação, com salários até 60% maiores. Um dado aponta que 75% dos servidores da carreira PCCTAE utilizaram-na como trampolim e saíram dela antes mesmo de completar os 5 anos.

Registramos que acompanhamos com entusiasmo os esforços do Governo por diminuir o fosso na educação pública, especialmente na modalidade mais crítica, que é o Ensino Médio, a exemplo do Programa Pé de Meia, que V. Exa. veio formalizar, no RN, e o anúncio, dentre as obras do PAC, de mais três campi do Instituto Federal do RN. No entanto, para que essa política tenha êxito, é urgente sanar as deficiências aprofundadas na Rede Federal de Educação Profissional e no Ensino Superior. A Universidade Federal Rural do Semi-Árido (UFERSA), por exemplo, ainda enfrenta uma intervenção federal, orquestrada pelo governo anterior, e demarca o imperativo de investimentos específicos nas universidades interiorizadas.

Precisamos recompor o orçamento das IFES e garantir a reestruturação da carreira dos TAE com recomposição salarial e direito à paridade de servidores aposentados; revogar todas as normas prejudiciais à educação editadas nos governos de Michel Temer e Jair Bolsonaro, incluindo a Instrução Normativa 49/2023, que impedem o direito à greve, e os decretos 9262/2019 e 10185/2021, que suspendem ou impedem concursos públicos para o PCCTAE; garantir a paridade entre docentes e técnicos administrativos na composição de conselhos e comissões das Instituições Federais de Ensino Superior, inclusive nos que tratem da elaboração e modificações estatutárias e regimentais, assim como da escolha de dirigentes; garantir a jornada de trabalho de 30h semanais, em turnos contínuos, sem redução salarial, para toda a categoria do PCCTAE, dentre uma série de outras reivindicações já apresentadas a este Ministério.

Contamos ainda com o compromisso de NÃO proceder ao desconto da remuneração correspondente aos dias de paralisação decorrentes do exercício do direito constitucional de greve pelos servidores.

Assim sendo, solicitamos empenho e celeridade de V. Exa. junto ao Governo para que nossa pauta seja atendida: a recomposição e ampliação do orçamento das instituições de ensino; a reestruturação das carreiras TAE e docente; o reajuste salarial sem percentual zero para 2024; a revogação do Novo Ensino Médio, o fim da Lista Tríplice

Ass. Paulo C. S.V.

Acreditamos no compromisso deste governo com a Educação pública, gratuita e socialmente referenciada, por isso, fazemos esse apelo para que retomemos a normalidade nas nossas instituições.

Cordialmente,



SINASEFE SEÇÕES NATAL E MOSSORÓ

SINTEST/RN *Quina Aparecida Dantas*

COMANDO DE GREVE *Araceli Fernandes* *Dr. Roberto* *Dr. [illegible]*

REGIF (Rede de Grêmios do IFRN) *Dr. Vinícius dos S. Gomes*

DCE - UFERSA *Karydja Kethury da Silva França*

UEE - *Ana Beatriz de Sá Wanderley*  
RN

FENET - *Adriane Nunes*